

FUCAPE FUNDAÇÃO DE PESQUISA ENSINO

CARLOS LUSTOSA FILHO

**REGIÕES BRASILEIRAS E A PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL
CONTÁBIL SOBRE O *IFRS* E SOBRE O GERENCIAMENTO DE
RESULTADOS**

**VITÓRIA
2020**

CARLOS LUSTOSA FILHO

**REGIÕES BRASILEIRAS E A PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL
CONTÁBIL SOBRE O *IFRS* E SOBRE O GERENCIAMENTO DE
RESULTADOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da FUCEPE Fundação de Pesquisa e Ensino, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis - Nível Profissionalizante.

Orientadora: Profa. Dra. Silvania Neris Nossa.

**VITÓRIA
2020**

CARLOS LUSTOSA FILHO

**REGIÕES BRASILEIRAS E A PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL
CONTÁBIL SOBRE O IFRS E SOBRE O GERENCIAMENTO DE
RESULTADOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da FUCAPE Fundação de Pesquisa e Ensino, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 02 de julho de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. SILVANIA NERIS NOSSA
FUCAPE Fundação de Pesquisa e Ensino

Profa. Dra. ARILDA MAGNA CAMPAGNARO TEIXEIRA
FUCAPE Fundação de Pesquisa e Ensino

Prof. Dr. VALCEMIRO NOSSA
FUCAPE Fundação de Pesquisa e Ensino

Ao Presidente do CRC/PI, Josafam Bonfim Moraes Rêgo, pela luta persistente para viabilizar junto ao CFC, o 1º Mestrado Profissional em Ciências Contábeis do Piauí, bem como, pela sua força de trabalho constante e incansável. Parabéns por sua dedicação à causa da Contabilidade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço sempre a Deus que está acima de todas as coisas e conduz minha vida com sabedoria. Em seguida, à minha família pela compreensão nos constantes momentos de ausência.

Aos amigos pela força e apoio ao longo dessa jornada.

A minha Orientadora Professora Doutora Silvania Neris Nossa, pela valorização das minhas ideias, pela paciência, apoio, competência, clareza na comunicação em todas as orientações feitas para o avanço do trabalho e pela orientação no pouco tempo que lhe coube.

Aos meus colegas de turmas pelo acompanhamento e participação na pesquisa, em destaque especial ao amigo Gilberto Santos Ferreira.

A todos os meus professores do Curso de Mestrado da FUCEPE, pelo apoio e motivação dados mediante as dificuldades do percurso, pela sabedoria de estigar no aluno a autonomia e o senso crítico, assim como a instituição, pela qualidade de todo seu corpo docente.

E, a todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste mestrado, fazendo parte dessa conquista.

“O valor fundamental da vida depende da percepção e do poder de contemplação ao invés da mera sobrevivência”.

(Aristóteles)

RESUMO

A pesquisa apresenta o contexto da percepção dos contadores brasileiros em relação ao conhecimento das normas emanadas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e às práticas do gerenciamento de resultados e aos fatores que interferem em suas ações cotidianas para utilização deste meio. Em vista disso, o objetivo geral foi formulado para verificar se aspectos regionais possuem relação com a forma como o profissional da contabilidade percebe a importância da regulação sobre o gerenciamento de resultados, bem como, sobre a percepção do profissional da contabilidade sobre o IFRS. A metodologia apresenta finalidade descritiva com uma abordagem quantitativa, iniciada com uma revisão bibliográfica e que contou com dados primários. Em seguida, foi feito um levantamento de campo do tipo *survey*, que utilizou como instrumento de coleta dos dados um questionário eletrônico de 35 questões enviadas por *e-mail* para 3.000 contadores e contou com 210 profissionais respondentes utilizando a escala *Likert*, para o dimensionamento das informações coletadas na amostra. A análise dos dados coletados utilizou a modalidade de regressão para a estimação dos resultados apontados para exposição das evidências encontradas na pesquisa, realizada com o suporte do *software Stata*. Como resultado, constatou-se diferentes inferências sobre a percepção dos contadores participantes em relação ao aprofundamento do conhecimento na norma, que interfere para a prática do gerenciamento de resultados.

Palavras - Chave: Gerenciamento de Resultados; Percepção do Profissional de Contabilidade; Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

ABSTRACT

The research presents the context of the perception of Brazilian accountants in relation to the knowledge of the rules issued by the CPC - Accounting Pronouncements Committee and the practices of earnings management and the factors that interfere in their daily actions to use this medium. In view of this, the general objective was formulated to verify if regional aspects are related to the way the accounting professional perceives the importance of regulation on earnings management, as well as on the accounting professional's perception of IFRS. The methodology has a descriptive purpose with a quantitative approach, starting with a bibliographic review and which included primary data. Then, a field survey was carried out, using as an instrument for data collection an electronic questionnaire of 35 questions sent by e-mail to 3,000 accountants and counting on 210 professional respondents using the Likert scale, for the dimensioning of information collected in the sample. The analysis of the collected data used the regression modality to estimate the results pointed out to expose the evidence found in the research, carried out with the support of the Stata software. As a result, there were different inferences about the perception of participating accountants in relation to the deepening of knowledge in the standard, which interferes with the practice of earnings management.

Keywords: Results Management; Perception of the Accounting Professional; Accounting Pronouncements Committee.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização da amostra	38
Tabela 2 - Testes de média das respostas por região	39
Tabela 3 - Agrupamento de questões da seção 2 do questionário.....	41
Tabela 4 - Agrupamento de questões da seção 3 do questionário... ..	41
Tabela 5 - Regressão das respostas sobre conhecimento dos CPCs (Fator 1).....	42
Tabela 6 - Regressão das respostas sobre conhecimento dos CPCs (Fator 2).....	43
Tabela 7 - Regressão sobre gerenciamento de resultado (Fatores 3, 4, 5, 6 e 7)	44

LISTA DE SIGLAS

Abrasca - Associação Brasileira das Companhias Abertas

Aicpa – *American Institute of Certified Public Accountants*

Apimec - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

Bacen – Banco Central do Brasil

Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

Fipecafi - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IASB – *International Accounting Standard Board*

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

Susep – Superintendência de Seguros Privados

SUMÁRIO

Capítulo 1	11
1 INTRODUÇÃO	11
Capítulo 2	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2. 1 GERENCIAMENTO DE RESULTADOS	16
2. 2 REGULAÇÃO E A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL	20
2. 3 GERENCIAMENTO DE RESULTADO E ASPECTOS CULTURAIS.....	24
2. 4 CONTADOR E O GERENCIAMENTO DE RESULTADOS.....	28
Capítulo 3	32
3 METODOLOGIA DA PESQUISA E COLETA DE DADOS.....	32
3. 1 METODOLOGIA.....	32
3. 2 COLETA DE DADOS	34
Capítulo 4.....	38
4. ANÁLISE DOS DADOS	38
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	38
4. 2 ANÁLISE DE RESULTADOS E TESTE DE HIPÓTESES	
40	
Capítulo 5	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICE A - Questionário	54

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as atividades contábeis das organizações brasileiras têm conferido uma especial atenção para a qualidade das informações publicadas nas demonstrações financeiras, pois a interferência no julgamento de diferentes tomadas de decisões, tanto do ponto de vista dos interessados quanto das questões econômicas, levam os contadores a constantes práticas de gerenciamento dos resultados financeiros (Sancovschi & Matos, 2003).

Em termos legais, no Brasil, a formalização das atividades contábeis está regida por um Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), idealizado pela união de várias entidades que contribuiu para uma padronização da atividade contábil, a fim de alcançar qualidade e veracidade das informações apresentadas pelas organizações. Essa união de esforços teve o objetivo de reduzir os riscos e custos nas análises e decisões, bem como, centralizar a emissão de normas dessa natureza dentro do processo democrático das empresas brasileiras (CPC, 2011a).

A criação do CPC representou um marco de convergência das normas brasileiras com as normas internacionais de contabilidade e foi aprovada pela Lei 11.638/07, que determinou a responsabilidade do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para o estudo e deliberação sobre as normas emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB - *International Accounting Standard Board*) que tem o papel de harmonizar os procedimentos e as políticas contábeis existentes entre os países (Belli, Andruchehen & Alberton, 2014).

Essa mudança trouxe modificações na forma de reconhecimento, mensuração e divulgação de informações contábeis no sentido de proporcionar maior

comparabilidade e mais transparência para o mercado de capitais. No entanto, a busca dessa convergência torna a atividade contábil bem mais complexa, considerando as diferenças políticas, econômicas e sociais, conferindo maiores responsabilidades advindas da discricionariedade dos registros contábeis (Fontoura & Bianchi, 2017).

Nas pesquisas sobre as práticas de aplicação das normas internacionais e do próprio CPC, o gerenciamento de resultados está diretamente relacionado às possibilidades advindas do processo de convergência das normas contábeis. Essas pesquisas explanam sérias evidências sobre os aspectos da atuação dos profissionais contábeis, em termos de transparência e fidúcia (Grasso, Tilley & White, 2009).

Ressalta-se que é importante observar a conduta do profissional de contabilidade e o conhecimento da norma contábil internacional (IFRS), a fim de tornar possível a construção de um profissional gerencial como sujeito conhecedor e produtor de conhecimento (Gil, 2008).

Dentre as diversas interpretações sobre o gerenciamento de resultados, deve ser considerada a intencionalidade da prática, já que o esclarecimento sobre o tipo de intenção fica oculto, podendo ser apenas uma intenção oportunista ou com o intuito de transmitir informações privadas aos investidores (Dechow & Skinner, 2000).

Paralelo a isso, cabe frisar a importância da qualidade da informação contábil para a eficiência do investimento de capital, visto que a alta qualidade reduz a assimetria de informações entre gestores e provedores externos de capital, o que traz eficiência para o investimento de capital em vários níveis (Hilary, 2006).

Para Han, Kang, Salter e Yoo (2010) a prática de gerenciamento de resultados pode ser reduzida com mecanismos eficazes de proteção ao investidor

independentemente da cultura, mas Paredes e Wheatley (2017) sugerem que a cultura afeta as decisões contábeis, o que caracteriza uma interrelação negativa entre cultura nacional e práticas contábeis.

Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo investigar se as características regionais influenciam a forma como o profissional da contabilidade percebe a importância do IFRS, bem como a percepção do gerenciamento de resultados.

Dentre da literatura nacional que contribui com o assunto, mencionam-se os estudos de Martinez (2001), Baptista (2009), Klann (2011), Roberto e Carmo (2013), Lomeu, Carlos e Júnior (2016), e de Grecco (2013), que apontaram o efeito da convergência brasileira às IFRS, sobre o gerenciamento de resultados nas empresas abertas não financeiras, como o de Machado e Beuren (2014) que realizou uma análise das publicações sobre gerenciamento de resultados em periódicos brasileiros, destacando as lacunas estruturais do ambiente e, o de Consoni, Colauto e Lima (2017) que relataram evidências do mercado de capitais brasileiro, acerca da divulgação voluntária e o gerenciamento de resultados.

Essas constatações encontradas por Martinez (2001), Baptista (2009), Klann (2011), Roberto e Carmo (2013), Lomeu *et al.* (2016), o de Grecco (2013), Machado e Beuren (2014), e de Consoni *et al.* (2017) expõem a relevância de se estudar a conduta em relação à legislação que regula a atividade contábil brasileira, sob a perspectiva dos contadores, visto que os CPC (s) e às normas internacionais, possuem diversas possibilidades de abertura para o gerenciamento de resultados nas escolhas contábeis (Joia & Nakao, 2014).

Dado esse contexto, esta pesquisa tem como questionamento norteador: as características demográficas do profissional de contabilidade possuem relação com a

forma como ele percebe a importância da regulação bem como a percepção sobre o gerenciamento de resultados? Remete-se à questão da busca pelo entendimento sobre as práticas da norma e suas questões demográficas na atuação do cotidiano dos contadores no Brasil.

A pesquisa contribui para o fortalecimento das aplicações teóricas sobre o gerenciamento de resultados propostas pelo CPC (2011a), visto que os estudos sobre as normas contábeis, trazem uma maior compreensão do contexto profissional e proporcionam respostas às práticas cotidianas relacionadas aos relatórios formais financeiros e econômicos.

É também de fundamental relevância, as análises científicas sobre o comportamento desses profissionais, visto que mesmo com a implantação da convergência ao IFRS e do CPC, estudos apontam ainda um longo caminho a ser explorado e discutido, a fim de proporcionar implicações sobre a consistência das informações divulgadas (Belli *et al.*, 2014).

Para atingir o objetivo, este estudo realizou pesquisa de campo com aplicação de questionário eletrônico com 35 questões. O questionário foi enviado via e-mail para 3.000 contadores de todo Brasil, obtendo 210 retornos (respostas). Os dados coletados foram tabulados em planilhas Excel e, posteriormente, utilizou-se a análise de regressão, realizada com suporte do *software Stata*, bem como, a análise fatorial para relacionar as respostas sobre conhecimentos da norma contábil e gerenciamento de resultado com variáveis demográficas e socioeconômicas.

Os resultados indicam homogeneidade na percepção dos contadores brasileiros sobre o gerenciamento de resultados e sobre a norma contábil, não apresentando diferenças estatisticamente significativas ao nível de 5% nos resultados de uma região para outra.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, iniciado pela introdução que trata de um detalhamento sobre todo o contexto da pesquisa. O segundo capítulo contém o aparato teórico sobre o tema. No terceiro são apresentados os procedimentos metodológicos relativos ao tipo de pesquisa, população e amostra, com as definições constitutivas e operacionais do estudo. No quarto são descritos os resultados gerais da pesquisa por meio de uma análise quantitativa dos dados coletados. E, por último, as considerações finais, que expõem a resposta da questão norteadora do estudo, assim como os esclarecimentos sobre as limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros sobre o tema.

Capítulo 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo foi abordada a regulação e a qualidade da informação contábil emanada pelas empresas, o gerenciamento de resultados em confronto com os aspectos culturais e o profissional de contabilidade e o gerenciamento de resultados, para uma análise da teoria sobre o tema.

2. 1 GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

O gerenciamento de resultados, ocorre quando os gerentes utilizam a liberdade e a sua capacidade de julgamento para alterar os relatórios financeiros e, assim, direcionar a alguns grupos de interesse o desempenho econômico da empresa ou para influenciar os resultados contratuais que dependem dos números contábeis reportados (Healy & Wahlen, 1999).

Neste sentido, o gestor tem a liberdade de suas escolhas contábeis, em razão dos incentivos que o levam a reportar um resultado distinto daquele ditado pela realidade concreta dos negócios, havendo a possibilidade de direcionamento de indução dos credores e entidades a diversos favorecimentos particulares (Coelho, Niyama, & Rodrigues, 2011).

Em vista disso, O CPC traz o direcionamento coerente das escolhas contábeis de forma a legitimar as ações devidas e a transparência das demonstrações. Contudo, as práticas trazem estatísticas contraditórias para essa realidade. Martinez (2001, p. 43) expõe que as intenções envolvidas nessas ações, podem existir em diferentes

formas relativas às práticas de uso gerenciamento de resultados contábeis, das quais se destacam:

- a) *Target Earnings*: gerenciamento de resultados para aumentar ou diminuir os lucros, em que os resultados são administrados de maneira que determinadas metas sejam atingidas, podendo estar acima ou abaixo do resultado do período;
- b) *Income Smoothing*: suavização de resultados, ou seja, gerenciamento de resultados para reduzir as oscilações, que trata de um procedimento com finalidade de reduzir as prováveis flutuações do lucro, estabilizando-o no decorrer do tempo. Conforme Hendriksen e Van Breda (2009), quanto mais inconstante o lucro, maior a possibilidade de percepção de risco por parte dos investidores;
- c) *Big Bath Accounting*: gerenciamento de resultados para diminuir lucros correntes com visão para os lucros futuros.

Ademais, ainda existem três maneiras de realizar o gerenciamento de resultados de acordo com as explicações de Bruni, Dias e Lima (2014, p. 3):

- a) Contabilidade fraudulenta (*fraudulent accounting*) que é caracterizada por alterar as práticas contábeis derivadas dos órgãos reguladores, que no cenário brasileiro, correspondem ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ou outro órgão que seja responsável por elaborar normas e procedimentos acerca da prática contábil;
- b) Gerenciamento de acumulações (*accruals management*) que é baseado nas escolhas contábeis, visto que pela discricionariedade das normas, o gestor, utilizando o seu julgamento pessoal, optará pela prática contábil que se relacione melhor com um resultado que corresponda aos seus interesses e ambições;
- c) Gerenciamento de resultados por decisões operacionais (*real earnings management*) que ocorrem quando os gestores realizam ações derivadas das melhores práticas de negócios, planejando evidenciar o alcance de certas metas de ganho aos acionistas.

Dentro do cenário da contabilidade, onde existe uma certa liberdade de interpretação das normas, algumas podem ser as causas e motivos que incentivam os gestores e tomadores de decisão, a recorrerem à prática de gerenciamento de resultados contábeis, sendo uma ação bastante questionável em termos éticos. De

acordo com Kraemer (2005) são muitas as razões que estimulam a prática de gerenciamento de resultados e tentar simplificar suas causas pode levar à uma perigosa descoberta de seu conceito, uma vez que suas fronteiras não se apresentam claramente definidas, envolvendo aspectos como a ética, a fraude e a responsabilidade social.

Santos e Grateron (2003) explicam que dentro das principais razões para a manipulação contábil estão os incentivos econômicos que podem ser obtidos tanto para os gestores quanto para as organizações. Entre as causas dos incentivos das ações dos gestores quando decidem optar pelo gerenciamento de resultados, resumidamente, podem ser mencionados conforme Martinez (2001, pp. 38-40):

- 1) Motivações vinculadas ao Mercado de Capitais: em que as informações contábeis são utilizadas pelos investidores e analistas para a análise das ações, fato que incentiva a prática de gerenciamento de resultados por parte de gestores que apresentam como propósito mudar a percepção de risco quanto aos investimentos na organização.
- 2) Motivações Contratuais: as escolhas contábeis apresentam efeito econômico, com a criação de incentivos para o gerenciamento de resultados. Essas motivações são baseadas na Teoria Positiva da Contabilidade (PAT), a qual percebe a contabilidade como um meio para monitorar e regular os contratos entre a organização e os seus grupos de interesses (*stakeholders*). Dessa maneira, a prática de gerenciamento pode vir a ocorrer como uma forma de compensação dos gestores, que gerenciam os resultados para aumentar a remuneração ou garantir que ela se mantenha contínua; ou por conta de empréstimos e suas convenções (*lending agreements*), estando essa motivação ligada às convenções contratuais firmadas entre a corporação e os seus credores. Neste caso, as manipulações ocorrem quando as empresas não conseguem manter o que foi acordado com os seus credores.
- 3) Motivações Regulamentares e Custos Políticos: oriundas da regulamentação sobre as organizações e os aspectos vinculados a custos políticos; as empresas quando apresentam lucros muito altos ou resultados acima da média de outros setores acabam gerenciando os resultados, para evitar que os demais setores, aleguem a prática de cartel ou monopólio.

O conflito entre os incentivos dos gestores e dos acionistas pode direcionar as ações dos gestores à utilização da flexibilidade proporcionada pelos princípios

contábeis para gerenciar os lucros de maneira oportunista, criando distorções no lucro das empresas, aproveitando-se da existência dos *accruals* (Jiraporn & Dadalt, 2007), que surgem quando há uma divergência temporária entre os fluxos de caixa e o momento de reconhecimento contábil da transação (Ronen & Yaari, 2008), sendo eles essa diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido, resultados que entram no cômputo do lucro, porém não requerem obrigatoriamente movimentação de caixa (Martinez, 2001).

Assim, os administradores e contadores podem aproveitar flexibilidades dos princípios contábeis, geralmente aceitos para forçar o alcance de metas, ou seja, aumentar o lucro; que é para os usuários das informações contábeis a sinalização sobre o valor da empresa (Zimmermann & Goncharov, 2005).

Lopes e Martins (2005) explicam que a informação contábil sofre influência direta dos administradores e agentes em prol de interesses próprios decorrentes de mecanismos de remuneração, contratos estabelecidos, concorrência, legislação societária, dentre outros. Nessa perspectiva, a conduta comportamental das pessoas influencia o modelo de conduta organizacional.

Mediante a remuneração variável, oferecem-se incentivos e recompensas que alinham os interesses entre os indivíduos, que naturalmente irão determinar esforços com o objetivo de maximizar suas próprias ambições (Silva, 2015). Diante disso, a literatura sugere que os gestores pratiquem o gerenciamento de resultados ligados a remuneração, visando maiores ganhos, sem garantir, de fato, melhores resultados aos acionistas (Vassoler, 2010).

Todavia, Healy, Hutton e Palepu (2001) acreditam que instrumentos de controle interno, como comitês de auditoria e membros não executivos no conselho, podem melhorar o monitoramento da qualidade do *disclosure* (divulgação de informações

contábeis) da empresa e reduzir os benefícios da retenção de informações. As diretrizes do comitê de auditoria, assim como as características dos seus membros, colaboram para a melhoria da qualidade das informações contábeis e segurança dos direitos dos acionistas e investidores (Cunha, Sant'ana, Theis & Krespi, 2013).

O comitê de auditoria interna apresenta como finalidade a redução de distorções nos procedimentos e informações contábeis, atuando a auditoria independente vigorosamente para aumentar a confiabilidade das demonstrações contábeis (Silva, Pletsch, Vargas, & Clean, 2014). Ademais, a auditoria independente à organização proporciona aos auditores a confiança dos acionistas e dos investidores para que possam comprovar a autenticidade das informações financeiras da empresa, podendo fiscalizar eventuais arbitrariedades e manipulações que podem vir a ser praticadas por parte da diretoria (Martinez, 2001).

2. 2 REGULAÇÃO E A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A prática de gerenciamento de resultados afeta a clareza e transparência dos demonstrativos, que servem como uma forma de avaliar as decisões a serem tomadas pelos usuários, levando-se em consideração a necessidade que cada um tem de informação sobre a organização e suas operações (Matsumoto & Parreira, 2007).

Neste contexto, deve ser considerado que a divulgação dos demonstrativos contábeis, é relevante à medida que possam ser utilizadas como instrumentos de predição sobre tendências futuras, devendo, portanto, priorizar os usuários, de forma que as informações financeiras atendam às necessidades contábeis reais e assim inferir de fato na confiança para a tomada de decisões econômicas (Fuji & Slomski, 2003). Nesta perspectiva, o gerenciamento de resultados pode tornar-se

extremamente prejudicial às ações organizacionais internas e externas, gerando uma lacuna grave ao controle das informações e deixando a empresa mais vulnerável.

A contribuição do CPC nas práticas brasileiras está voltada para a redução das diferenças dos padrões contábeis internacionais, tornando a comunicação produzida através dos relatórios financeiros mais eficazes, possibilitando um trânsito de informações legais que funcionam como mecanismos de apoio a legitimação das demonstrações contábeis (CPC, 2011a).

Com o intuito de alinhar a Contabilidade Brasileira aos padrões contábeis internacionais emitidos pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) – órgão oficial de emissão de normas contábeis no âmbito mundial -, no Brasil foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 2005, por meio da Resolução nº 1.055/05 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da homogeneidade de interpretação das seguintes instituições: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras I (FIIPECAF) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Além dos 12 membros atuais, entidades como Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria da Receita Federal e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) são envolvidas para aprovação de aspectos nas normas que impactam a sua alçada de gestão e regulação no Brasil.

O CPC apresenta como principal objetivo:

O estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora

brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (RESOLUÇÃO CFC 1.055/05, art. 3º).

Dessa maneira, o Comitê pode emitir Interpretações, Orientações, Comunicados e Boletins para o melhor entendimento dos Pronunciamentos Técnicos (RESOLUÇÃO CFC 1.055, Art. 4, 2005). De acordo com o CPC foi criado com a finalidade de atender a três necessidades básicas, sendo elas:

Convergência internacional das normas contábeis (redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custo nas análises e decisões, redução de custo de capital);
Centralização na emissão de normas dessa natureza (no Brasil, diversas entidades o fazem);
Representação e processos democráticos na produção dessas informações (produtores da informação contábil, auditor, usuário, intermediário, academia, governo).

As IFRS emitidas pelo IASB, representam indicativos gerais para criação de padrões contábeis mais uniformes a serem empregados pelo mercado mundial e um dos elementos presente na criação desses padrões é a busca por melhoria na qualidade das informações geradas pela contabilidade (Costa, 2012).

Ademais, a convergência às normas internacionais de contabilidade tem como finalidade melhorar a comparabilidade das demonstrações contábeis e a transparência organizacional, assim como melhorar a qualidade dos demonstrativos a fim de favorecer os investidores e aprimorar o desempenho dos mercados financeiros (Marra, Mazzola, & Prencipe, 2011).

Como aspectos positivos da adoção das normas internacionais, pode-se enfatizar a oportunidade para as organizações aperfeiçoarem a sua administração financeira e a alternância do foco da contabilidade, que sofre bastante influência da

legislação tributária (Verhagem & Varela, 2010). Além disso, existe um impasse ético conflitante em relação aos interesses dos gestores e o cumprimento da norma que direciona a contabilidade como instrumento de geração de informações corretas e transparente (Kramer, 2005).

Neste sentido, os profissionais contábeis contam com a criação e aplicação dos pronunciamentos contábeis no Brasil, alinhados às normas internacionais. Como explicam Iudícibus, Marion e Faria (2009), com a convergência às normas internacionais, há a prevalência da essência sobre a forma, em que as normas contábeis passam a ser direcionadas por princípios e, não mais, por um conjunto de regras, o que passa a exigir um maior julgamento por parte da administração e, também, por parte do profissional de contabilidade, possibilitando, assim, que se possam construir demonstrativos contábeis com mais qualidade, uma vez que os gestores possuem a flexibilidade na norma (escolha contábil) para representar (nos demonstrativos contábeis) tal evento econômico de acordo como ele impacta o resultado dessa empresa em particular.

Em vista disso, existe a necessidade da informação contábil ter fidúcia, estando a sua utilidade relacionada à confiança da informação divulgada, o que significa que deve estar livre de manipulações ou vieses relevantes, representando com exatidão aquilo que deve representar (Colauto & Marques, 2010; Jóia & Nakao, 2014). A confiabilidade “é uma qualidade que faz com que o usuário aceite a informação contábil e a utilize nos seus processos decisórios” (Yamamoto & Salotti, 2006, p. 6).

Em relação a influência do conhecimento nas práticas contábeis brasileiras, o fato do profissional contábil ter maior domínio sobre a legislação influencia na avaliação e decisão sobre a utilização ou não do Gerenciamento de Resultados. As regras e adaptações seguidas pelos contadores estimulam novas escolhas no

momento de realizar as contabilizações que podem afetar os níveis de gerenciamento de resultados (Jóia & Nakao, 2014; CPC, 2011a).

Ademais, dentre os benefícios existentes, a adoção das práticas internacionais possibilitaria a redução dos mecanismos de gerenciamento de resultados. Favoretto, Corrêa, Silva e Grecco (2017) afirmam que demonstrações financeiras elaboradas a partir das IFRS podem dificultar ou minimizar o gerenciamento de resultados.

Contudo, a melhoria na qualidade da informação não ocorre de maneira unânime; Klann (2011) verificou como as normas internacionais impactavam o gerenciamento de resultados em organizações brasileiras e inglesas. Na Inglaterra, os resultados demonstraram que houve uma redução no nível de gerenciamento de resultados por parte das empresas, ao contrário das brasileiras, nas quais a prática de gerenciamento aumentou.

2. 3 GERENCIAMENTO DE RESULTADO E ASPECTOS CULTURAIS

A prática de gerenciamento de resultados é um problema real nas organizações, por encontrar suporte na flexibilidade das normas e regulamentos contábeis, que permitem alternativas distintas para a contabilização de um mesmo resultado contábil. Ou seja, o gestor tem certo poder de análise e escolha sobre a aplicação dessas regras (Matsumoto & Parreira, 2007).

Considerando-se que o envio de informações contábeis é feito de maneira discricionária, os números a serem divulgados podem ser alterados pelos administradores de modo a enganar os usuários com relação ao real impacto para a organização (Lopes & Martins, 2005). Os ajustes ou escolhas contábeis são subjetivos e estão diretamente relacionados com o grau de discricionariedade que os autores

das demonstrações contábeis possuem (Almeida, Sarlo, Bastianello, & Moneque, 2012).

O gerenciamento de resultado se torna possível, pois as normas e procedimentos contábeis permitem que os administradores exerçam com discricionariedade diante dos procedimentos contábeis, ou seja, quando o administrador escolhe “o que”, “como” ou “quando” divulgar uma informação, ele pode impactar no resultado da empresa, de forma a reduzir a qualidade da informação (Nardi & Nakao, 2009).

De acordo com Zendersky (2005), os relatórios contábeis têm certo grau de subjetividade, visto que há determinadas situações nas quais a regulamentação é flexível, permitindo que os gestores utilizem a sua discricionariedade na definição dos critérios contábeis que serão adotados.

A introdução do CPC relata que o ajuste a valor justo pode ser utilizado como instrumento para o Gerenciamento de Resultados (CPC, 2016). O administrador, por exemplo, apresenta uma gama de parâmetros de mensuração e evidenciação contábil, que permite a escolha de diversas alternativas para criar e divulgar a informação da maneira desejada (Paulo, Cavalcante, & Melo, 2012). Consequentemente, podem surgir manuseios da informação contábil com a finalidade de torná-la um meio de potencializar apenas as perspectivas organizacionais, por conseguinte, na perspectiva do mercado a qualidade da informação se perde (Amaro, Bechamann, Fonseca, & Espejo, 2015).

A prática do Gerenciamento de Resultados pode comprometer as informações contidas nos demonstrativos contábeis de maneira grave (Grasso *et al.*, 2009). O Gerenciamento de Resultados compromete a qualidade das informações contidas nas demonstrações financeiras, interferindo no processo de distribuição de recursos na

economia, e pode gerar sérios prejuízos para o mercado de capitais (Sancovschi & Matos, 2003).

Independente dos benefícios promovidos pela adoção das normas internacionais pelo Brasil, parece ainda existir a possibilidade de ocorrer interpretações subjetivas e escolhas contábeis, por não haver a definição de regras mais específicas sobre a forma de contabilização (Ribeiro, Ribeiro, & Jreigeweffort, 2013).

Apesar das normas internacionais (IFRS) aplicarem esforços aos aspectos conceituais para enriquecer a qualidade da informação contábil e, desta forma, reproduzir a realidade econômica da companhia, sua aplicação prática está submetida a interpretações subjetivas, dificultando, mesmo assim, a comparabilidade entre as corporações (Korps, 2011).

Entre as práticas derivadas do processo de convergência, cita-se o teste de recuperabilidade (teste de *impairment*), inserido recentemente na legislação brasileira, sendo estabelecido pelo CPC por meio do Pronunciamento Técnico CPC 01 R1 (2011b), que apresenta como objetivo assegurar que os ativos ou o conjunto deles (unidades geradoras de caixa) não estejam contabilizados por um valor mais alto do que o seu valor recuperável, no decorrer do tempo, por utilização nas operações da entidade ou por sua eventual venda, pode ser visto pelos gestores como oportunidade para gerenciamento de resultados. O desafio de aplicar essa norma está nos critérios de mensuração e valor justo em contraponto aos valores históricos. Assim, surgem maneiras diversas de verificar o real valor recuperável dos ativos (Amaro *et al.*, 2015).

Além disso, características específicas do Brasil abrem possibilidades de Gerenciamento de Resultados, como por exemplo, por meio da manipulação de provisões passivas (Ribeiro, 2012). Essas provisões e contingências, tanto ativas

quanto passivas, tiveram suas contabilizações disciplinadas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado em 26 de junho de 2009 (Favoretto *et al.*, 2017).

De acordo com este pronunciamento, provisões são passivos de prazo ou valor incerto, sendo que uma provisão deve ser reconhecida em três formas: quando a entidade tem uma obrigação presente e legal mesmo não formalizada, como resultado de evento passado; que seja provável que será necessária uma saída de recursos que congregam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 25, 2013).

É evidente a necessidade de um julgamento gerencial para o reconhecimento de uma provisão, visto que a definição de estimativa confiável demonstra uma subjetividade implícita neste modelo; o que acaba por levantar um questionamento sobre a possibilidade do uso da prática de gerenciamento de resultados por parte de gestores (Favoretto *et al.*, 2017).

Para Han *et al.* (2010), a prática de Gerenciamento de Resultados pode ser reduzida com mecanismos fortes de proteção ao investidor, independentemente da cultura.

Paredes e Wheatley (2017) sugerem que a cultura afeta as decisões contábeis, o que caracteriza uma interrelação negativa entre cultura nacional e práticas contábeis.

2. 4 CONTADOR E O GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

Na década de 1980, o contador não participava do processo de tomada de decisões, funcionando apenas como um suporte para os verdadeiros responsáveis da tomada de decisões, sendo informados posteriormente do que tinha sido decidido (Siegel & Sorensen, 1999).

No entanto, conforme a evolução e novo cenário no qual as organizações se encontram, um perfil novo do profissional de contabilidade surgiu e foi estabelecido pela AICPA, em 1999, estruturado sob três aspectos de competência:

- 1) Funcionais: as características que envolvem essas competências são os conhecimentos técnicos e práticos sobre modelos de tomada de decisões, análises de risco, modelos de mensuração, técnicas de reporte, capacidade e técnica de pesquisa e a capacidade de alavancar e usar tecnologia.
- 2) Pessoais: as características desse aspecto envolvem o desenvolvimento de modelos de comportamento profissional, capacidade de resolver problemas e tomar decisões, técnicas de relacionamento, liderança, comunicação, gerenciamento de projetos e capacidade de alavancar e usar tecnologia.
- 3) Amplo entendimento de negócios: abrange características como pensar de maneira estratégica e crítica, possui conhecimentos segmentados por indústria, ter uma perspectiva e entendimento global e internacional, ter o conhecimento de técnicas de gerenciamento de recursos, entender implicações legais e fiscais nos negócios, focalizar em clientes e em marketing, assim como a capacidade de alavancar e utilizar tecnologias (Holland, 2000, p. 2-3).

Dessa maneira, conforme explica Silva (2002) o profissional da contabilidade deve ser um gestor de informações, não apenas um simples contador, possuindo uma visão global de tudo e utilizando das informações contábeis que possui para beneficiar a organização na qual atua. Assim, o papel dos profissionais de contabilidade está passando por um processo de transformação, onde eles passam agora a ser considerados verdadeiros parceiros dos negócios e agentes de mudanças (Zarowin, 1997).

Para os contadores se prepararem para superar tais desafios, abrangem as seguintes questões: desenvolver as habilidades de um moderador, posicionarem-se como um profissional do conhecimento e ser um usuário de informações passadas (Zarowin, 1997).

Consequentemente, em prol da organização em que atua, o contador pode vir a manipular informações e os incentivos. Para tais atitudes, podem estar relacionados a regulamentação, contratos de dívidas, remuneração dos altos executivos, emissão e negociação de títulos mobiliários (Paulo, 2007). Por conta da falta de leis e normas que impossibilitam o profissional de utilizar certos métodos e critérios para algumas contas, possibilita-se que ele pratique o Gerenciamento de Resultados (Dias, Cunha, Sales, & Bezerra, 2016).

Nessa perspectiva, os profissionais contábeis descrevem informações que podem ter um considerável impacto na carreira dos administradores das organizações, que possuem a responsabilidade de atingir determinadas metas de desempenho, sendo que o fato de não as conquistar pode ocasionar sérias consequências, como a perda do cargo que ocupa. Muitos desses gestores sofrem com a pressão que recebem para atingirem certo padrão de desempenho, medidos algumas vezes por resultados em curto prazo, então, ficam tentados a manipular as informações contábeis da empresa, para isto passam a pressionar os contadores, para que escolham alternativas contábeis que melhorem os seus relatórios de desempenho (Maher, 2001).

Ainda existem outros dilemas com que os contadores se deparam e interferem diretamente a sua percepção de comportamento, como a aplicação dos padrões éticos da profissão, visto que nesses padrões existem muitas lacunas para interpretações e julgamentos. Dessa forma, quando uma ação for evidentemente não-

ética e outra ação for claramente ética, os gestores e contadores não terão dificuldades em escolher entre elas. Porém, quando existe uma forte pressão para atuar no limite ou quando há conflitos entre dois padrões éticos, as situações mais difíceis podem surgir (Horngren, Sundem, & Stratton, 2004).

Neste sentido, os efeitos significativos entre o Gerenciamento de Resultados e a filosofia moral devem ser considerados. Bem como, as crenças sobre a associação entre responsabilidade social e desempenho da empresa e os valores éticos percebidos na organização.

Na prática, não há consenso sobre como fazer esse gerenciamento, muitos gerentes acreditam que alguns tipos de comportamentos são aceitáveis ou mesmo desejáveis (Grasso *et al.*, 2009).

Neste contexto, são considerados três fatores de relevância nas evidências das práticas, sendo o primeiro voltado para a atitude em relação ao comportamento que pode ser influenciado pelo conhecimento da norma. O segundo, o fato da norma subjetiva poder ser considerada como atitude geral em relação aos ganhos. E, o terceiro, sobre as normas culturais ou sociais da organização, em matéria de ética do Gerenciamento de Resultados poderem variar significativamente com os pontos de vista de gestão, que influenciam um significativo papel na formação da norma social organizacional (Grasso *et al.*, 2009).

O poder decisório conferido ao profissional de contabilidade pode colaborar para uma possível prática de manipulação de resultados (Baptista, 2009). Mesmo com a adoção das normas internacionais contábeis (IFRS), ainda existe um espaço considerável para a existência de discricionariedade administrativa e de julgamento, viabilizando a prática de gerenciamento de resultados por parte das organizações (Marra *et al.*, 2011).

Han *et al.* (2010) sugerem que essa discricionariedade pode ser reduzida por mecanismos de proteção ao investidor, independentemente da cultura. Já Parede & Wheatley (2017) apuraram que existe uma interrelação negativa entre cultura nacional e cultura nacional.

Diante do exposto, foram testadas duas hipóteses de pesquisa: a primeira hipótese: a percepção dos profissionais de contabilidade sobre a regulação está em função da região brasileira. A segunda hipótese: a percepção do contador sobre gerenciamento de resultado é influenciada pelas características regionais brasileiras.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

3.1 METODOLOGIA

Para investigar se características regionais influenciam a percepção do profissional da contabilidade quanto à relação entre regulação e o gerenciamento de resultados no Brasil, foi aplicado questionário para profissionais de contabilidade de todas as regiões do país. O questionário foi enviado a 3.000 contadores via e-mail, onde 210 responderam.

Foram selecionados tais respondentes, pois são os profissionais que desenvolvem as movimentações contábeis e são responsáveis pelos relatórios financeiros e econômicos das organizações.

As respostas foram tabuladas em planilhas Excel, e em seguida, foram realizados testes estatísticos utilizando o *software Stata*.

Foram realizados os testes de multicolinearidade VIF (*variance inflation factor*), de Breush-Pagan para heterocedasticidade, o de coeficiente de correlação de Pearson e o de coeficiente de correlação de Spearman.

A multicolinearidade decorre da correlação forte entre as variáveis independentes, podendo ter efeitos nos coeficientes estimados da regressão o que comprometeria a aplicabilidade do modelo (Hair *et al.*, 2005).

Os resultados indicaram que não há problemas de multicolinearidade entre as variáveis independentes da regressão, posto que os valores obtidos a partir do VIF são inferiores a 10.

A heterocedasticidade ocorre quando a variância do termo de erro não é independente das variáveis explicativas, ou seja, a variância do termo de erro não é constante (Gujarati & Porter, 2011).

O teste de Breush-Pagan testa a hipótese de variância do erro constante, sendo este realizado para cada regressão.

As regressões se mostraram heterocedásticas, sendo necessário a correção dos erros a partir da estimação, como foi realizada no trabalho.

Segundo Figueiredo e Silva (2009), o coeficiente de correlação Pearson (r) pode variar de -1 até 1. De modo que o módulo do coeficiente indica o grau de correlação entre as variáveis e o sinal evidencia se essa correlação é positiva ou negativa.

Ainda segundo Cohen (1988), valores de coeficiente de correlação, cujo $|r|$ esteja entre 0,1 e 0,3 são classificados como baixa correlação, $0,3 < |r| < 0,5$ como correlação moderada e $|r| > 0,5$ como elevada correlação.

Segundo Zar (1999), para os casos em que a população amostrada não possui distribuição normal bivariada, é possível estimar a correlação através do coeficiente de correlação de Spearman (r_s).

Similar ao coeficiente de Pearson (r) descrito anteriormente, o coeficiente de correlação de Spearman (r_s) pode variar de -1 até 1. De modo que o módulo do coeficiente indica o grau de correlação entre as variáveis e o sinal evidencia se essa correlação é positiva ou negativa.

3. 2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi feita com a utilização de um questionário eletrônico, estruturado com respostas fechadas, enviado por e-mail, contendo um *link* de acesso para os participantes.

O questionário foi inserido no *Google Drive* para otimizar a remessa aos participantes e enviado em 06 de fevereiro de 2019. As opções de respostas estavam em escala *Likert* 1 a 5, em que (1) é, Discordo totalmente; (2) Discordo parcialmente; (3) Indiferente; (4) Concordo parcialmente; e (5), Concordo plenamente.

Dividiu-se o questionário em três seções de perguntas. Na primeira, o conteúdo está voltado para uma investigação sobre o perfil do profissional respondente. Foram utilizadas sete perguntas sobre as características do profissional: sexo, idade, região na qual reside, função ocupada, forma de execução da profissão, tempo de profissão e formação acadêmica.

A segunda, foi direcionada para o conhecimento técnico sobre os CPCs, contendo seis perguntas, acerca do nível de percepção do contador sobre o CPC, e a terceira, com 22 perguntas, todas elencadas no Apêndice A – Questionário, que trataram do posicionamento dos respondentes sobre o gerenciamento dos resultados, mais as variáveis de controle.

As variáveis manifestas incluídas na análise podem ser transformadas em combinações lineares de um conjunto de fatores – ou construtos – hipotéticos ou latentes. As cargas fatoriais são responsáveis por relacionar a associação específica entre os fatores e as variáveis observadas diretamente (manifestas). Portanto, o primeiro passo é encontrar as cargas e a solução matemática para os fatores, que indicarão a associação entre as variáveis observadas e os fatores ou construtos mensurados, sendo as cargas fatoriais derivadas dos autovalores, que, por sua vez, se relacionam às variáveis observadas. Assim, uma carga fatorial é um coeficiente que indica o peso de cada variável observada para a mensuração do construto. (Neves, 2018, p. 13).

Primeiramente, foram aplicados testes para verificar se as questões se agrupam, formando fatores (constructos). Foi observado que há agrupamento, com formação de fatores. Os fatores 1 e 2 representam a percepção dos contadores sobre a regulação pela IFRS e na estimação para o teste e H1, que é a visão do profissional de contabilidade sobre as normas, representa PCIFRS na Equação 1.

Para o teste de hipótese H1 fez-se a estimação da regressão conforme Equação 1:

$$PCIFRS_i = \beta_0 + \beta_1 Nordeste_i + \beta_2 Sul_i + \beta_3 Norte_i + \beta_4 CentroOeste_i + \beta_5 Sul_i + \beta_6 Sexo_i + \beta_7 FaixaEtaria_i + \beta_8 Responsabilidade_i + \beta_9 Utilizadecisao_i + \beta_{10} Tempoprofissao_i + \beta_{11} Formacao_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

Para o teste de hipótese H2, que é a visão do profissional de contabilidade sobre o gerenciamento de resultado, fez-se a estimação da regressão conforme Equação 2, na qual a percepção dos contadores sobre o Gerenciamento de resultados foi representada na Equação 2 pela variável PCGR (fator 3, 4, 5, 6,7).

$$PCGR_i = \beta_0 + \beta_1 Nordeste_i + \beta_2 Sul_i + \beta_3 Norte_i + \beta_4 CentroOeste_i + \beta_5 Sul_i + \beta_6 Sexo_i + \beta_7 FaixaEtaria_i + \beta_8 Responsabilidade_i + \beta_9 Utilizadecisao_i + \beta_{10} Tempoprofissao_i + \beta_{11} Formacao_i + \varepsilon_i \quad (2)$$

Para estimar se características regionais possuem relação com a forma como o profissional da contabilidade percebe a importância da regulação contábil no Brasil

bem como a percepção dele sobre o Gerenciamento de Resultados, foram realizados testes de regressão linear.

Para verificar se a percepção dos profissionais de Contabilidade sobre a regulação sofre influência de características regionais, utilizaram-se as questões Q8 a Q13, conforme apêndice A, onde essas questões foram segregadas em fatores para representar a percepção dos contadores sobre a regulação.

O questionário aplicado está dividido em seções. A seção composta pelas questões Q8 a Q13 (6 questões) é para verificar se aspectos regionais afetam a percepção dos profissionais de contabilidade a respeito das normas dos CPCs (Apêndice A).

Para investigar se características regionais influenciam a percepção dos profissionais de Contabilidade a respeito do gerenciamento de resultados, as questões Q14 a Q35 (22 questões) foram utilizadas na análise fatorial para representar a percepção dos contadores sobre o gerenciamento de resultado (Apêndice A).

O indicador de região onde o respondente reside e atua foi utilizado como variável explicativa. Foram utilizadas 4 (quatro) variáveis *dummies*, uma para cada região: nordeste, sul, centro-oeste e norte. Descartou-se a região sudeste devido ao fato de, apesar de ser a região mais populosa do país, o número de respondentes foi baixo. Cada uma dessas regiões foi utilizada como variável “*dummy*”, conforme descrito:

- Nordeste: variável dummy que assume valor 1 para respondentes da região nordeste e valor 0 (zero) quando o respondente reside em outra região do país.
- Sul: variável dummy que assume valor 1 para respondentes da região sul e valor 0 (zero) quando o respondente reside em outra região do país.

- Centro-Oeste: variável dummy que assume valor 1 para respondentes da região centro-oeste e valor 0 (zero) quando o respondente reside em outra região do país.
- Norte: variável dummy que assume valor 1 para respondentes da região norte e valor 0 (zero) quando o respondente reside em outra região do país.

Inicialmente foram realizados testes para verificar se as questões se agrupam, por meio da análise fatorial. Empiricamente verificado o agrupamento, foram realizadas as análises de regressão, relacionando-os com as regiões e controlado pelas variáveis que representam características demográficas e as socioeconômicas – Tabela 1.

Capítulo 4

4. ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente foram realizados testes para verificar se as questões se agrupam, por meio da análise fatorial. Empiricamente verificado o agrupamento, foram realizadas as análises de regressão, relacionando-os com as regiões e controlado pelas variáveis que representam características demográficas e as socioeconômicas – Tabela 1.

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva da primeira seção do questionário, voltada para investigação sobre o perfil do profissional respondente.

TABELA 1: CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

	N	%
Sexo:		
Masculino	128	61,0%
Feminino	82	39,0%
Faixa etária:		
Até 30 anos	53	25,2%
> 30 anos	157	74,8%
Região		
Nordeste	129	61,4%
Norte	17	8,1%
Sul	14	6,7%
Sudeste	27	12,9%
Centro-Oeste	23	10,9%
Responsabilidade no relatório contábil		
Parcial	61	29,0%
Total	79	37,6%
Sem participação	70	33,3%
Você utiliza as informações das demonstrações contábeis na sua empresa para tomada de decisão?		
Não	27	12,9%
Sim	183	87,1%
Tempo que exerce a profissão de contador:		
≤ 10 anos	99	47,1%
> 10 anos	111	52,9%
Formação Acadêmica do respondente:		
Não possui formação em Contabilidade	3	1,4%
Pós-graduação	111	52,9%
Superior Completo	91	43,3%

Técnico em Contabilidade

5

2,4%

Fonte: Autoria própria.

Nota: (N) indica o número de respondentes em cada item analisado; (%) indica o percentual de cada item analisado.

A Tabela 1 mostra um predomínio do sexo masculino, dentro da amostra analisada, com idade superior a 30 anos. Do total de respondentes, 61% residem e trabalham na região Nordeste. A amostra também traz informações de que o maior percentual de respondentes afirma que tem responsabilidade total pelos relatórios contábeis, exercem a profissão a mais de 10 anos e possuem pós-graduação. Uma outra informação importante que extraímos na Tabela 1 é que 87% dos respondentes afirmam utilizar as demonstrações contábeis para tomada de decisão.

A Tabela 2, a seguir, traz o teste de média, comparando a média das respostas do questionário aplicado aos respondentes da região Nordeste com as respostas dos participantes das demais regiões brasileiras. Optou-se por fazer a comparação de média da região nordeste com o total das demais regiões porque o número de respondentes da região Nordeste representa 61% do total da amostra. O resultado indica que, estatisticamente, não há diferença de média entre as respostas dos profissionais da região Nordeste e os profissionais das demais regiões brasileiras.

TABELA 2: TESTES DE MÉDIA DAS RESPOSTAS POR REGIÃO

Itens	Obs.	Média	Erro Padrão
Nordeste	129	3,795414	0,0564623
Demais regiões	81	3,795958	0,0380845
Combinado	210	3,795748	0,0318803
Diferença		87988.35	8932.640
Ho = Diff = 0	Pr(T > t) = 0.9934		

Fonte: Autoria própria.

Nota: Teste de diferença entre a média das respostas obtidas com profissionais da região Nordeste e respondentes das demais regiões do Brasil.

Para as questões 8 a 35 do questionário aplicado utilizou-se escala Likert de 1 a 5 para as respostas, onde (1) discordo totalmente, (2) discordo parcialmente, (3) indiferente, (4) concordo parcialmente e (5) concordo plenamente. Para o cálculo de

média, foi apurado o total (soma das respostas das questões de 8 a 35) e, em seguida, dividido pelo número de questões (28). Conforme mostra a Tabela 2, estatisticamente não há diferença entre a média das respostas de profissionais da região Nordeste e a média das respostas de profissionais das demais regiões do Brasil. Optou-se por comparar a região Nordeste com as demais regiões porque o maior percentual de respondentes trabalha e reside no Nordeste.

4. 2 ANÁLISE DE RESULTADOS E TESTE DE HIPÓTESES

Para investigar se características regionais possuem relação com a forma como o profissional da contabilidade percebe a importância da regulação contábil no Brasil sobre o Gerenciamento de Resultados, foram realizados testes de regressão linear.

Após a análise de correlação Pearson e Spearman verificou-se que não há evidências de elevada multicolinearidade entre os fatores explicativos, mas por segurança, fez-se teste VIF (variance inflation factor) e verificou-se que não houve multicolinearidade que compromettesse a análise de regressão para o teste de hipóteses. Também foi realizado o teste de Breush Pagan, a partir do qual foi possível verificar que os termos de erros das regressões eram heterocedásticos, por esse motivo, esses foram corrigidos na estimação da regressão linear.

O questionário aplicado está dividido em seções. A seção composta pelas questões Q8 a Q13 (6 questões) verificar se aspectos regionais afetam a percepção dos profissionais de contabilidade a respeito das normas dos CPCs.

Primeiramente, foram aplicados testes para verificar se as questões se agrupam, formando fatores (constructos). Foi observado que há agrupamento, com formação de fatores.

TABELA 3: AGRUPAMENTO DE QUESTÕES DA SEÇÃO 2 DO QUESTIONÁRIO

Questões	Fator 1	Fator 2
Q8		0,7070
Q9	0,8295	
Q10	0,8294	
Q11		0,7924
Q12		0,7451
Q13	0,8247	
Média	0,8279	0,7482

Fonte: Autoria própria.

Na seção 2 (Q8 a Q13) foram gerados dois fatores. Fator 1 que corresponde à média das respostas das questões Q9, Q10 e Q13. O Fator 2 representa a média das respostas das questões Q8, Q11 e Q12.

TABELA 4: AGRUPAMENTO DE QUESTÕES DA SEÇÃO 3 DO QUESTIONÁRIO

Questões	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Fator 6	Fator 7
Q14					0,5451
Q15					
Q16			0,6068		
Q17					
Q18	0,5584				
Q19	0,5762				
Q20	0,5423				
Q21		0,6201			
Q22	0,588				
Q23	0,5266				
Q24	0,6375				
Q25	0,5839				
Q26	0,6343				
Q27	0,5920				
Q28	0,6581				
Q29	0,7054				
Q30	0,6459				
Q31	0,5649				
Q32	0,6001				
Q33	0,5069				
Q34				0,5105	
Q35	0,6821				
Média	0,6002	0,6201	0,6068	0,5105	0,5451

Fonte: Autoria própria.

Na seção 3 as questões foram agrupadas formando 5 fatores (F3 a F7). O Fator 3 corresponde ao agrupamento das questões Q18, Q19, Q20; Q22 – Q33 e Q35. O Fator 4 corresponde à questão Q21; Fator 5 equivale à questão Q15; o Fator 6 é igual à questão Q34 e o Fator 7 corresponde à questão Q14.

Após a geração dos fatores, buscou-se relacioná-los com as variáveis socioeconômicas e as variáveis regionais, utilizando o fator como variável explicada.

A variável “sexo” foi trabalhada como uma *dummy*, assumindo valor um para o sexo masculino e zero para o sexo feminino.

A Tabela 5 apresenta a regressão utilizando o Fator 1 como variável explicada. O fator 1 foi gerado a partir das perguntas relativas às respostas dos contadores sobre o seu conhecimento sobre os CPCs.

TABELA 5: REGRESSÃO DAS RESPOSTAS SOBRE CONHECIMENTO DOS CPCs (FATOR 1)

Fator1	Coeficiente	Erro Padrão	t	p > t	(95% intervalo de confiança)	
Nordeste	-0,3361	0,2020	-1,66	0,098	-0,7344	0,0623
Sul	-0,2210	0,3440	-0,64	0,521	-0,8994	0,4575
Centro-Oeste	-0,1053	0,2845	-0,37	0,712	-0,6663	0,4556
Norte	0,1700	0,2577	0,66	0,510	-0,3382	0,6783
Sexo	-0,2363	0,1328	-1,78	0,077	-0,4983	0,0256
Faixa Etária	0,0515	0,1815	0,28	0,777	-0,3065	0,4094
Responsabilidade	0,1873	0,0880	2,13	0,034	0,0138	0,3608
Utiliza p/ decisão	0,4758	0,2024	2,35	0,020	0,0767	0,8750
Tempo profissão	0,2176	0,1913	1,14	0,257	-0,1597	0,5949
Formação	-0,1743	0,1198	-1,45	0,147	-0,4105	0,0620
Constante	0,0310	0,3427	0,09	0,928	-0,6449	0,7068

Fonte: Autoria própria.

A variável “responsabilidade”, se mostrou significativa a 5%, assim como a variável “utiliza para decisão”, mas como o objetivo é demonstrar se aspectos regionais não influenciam a percepção dos contadores, nenhuma variável que se refere à região, apresentou resultado significativo.

O resultado não se mostrou significativo para a variável “formação”.

A Tabela 6 apresenta a regressão utilizando o Fator 2 como variável explicada. O fator 2 também foi gerado a partir das perguntas relativas às respostas dos contadores sobre o seu conhecimento sobre os CPCs.

TABELA 6: REGRESSÃO DAS RESPOSTAS SOBRE CONHECIMENTO DOS CPCs (FATOR 2)

Fator2	Coefficiente	Erro Padrão	t	p > t	(95% intervalo de confiança)	
Nordeste	0,32068	0,21625	1,48	0,140	-0,10576	0,74713
Sul	0,23984	0,31012	0,77	0,440	-0,37171	0,85139
Centro-Oeste	-0,16257	0,28575	-0,57	0,570	-0,72607	0,40092
Norte	0,03170	0,29133	0,11	0,913	-0,54279	0,60619
Sexo	-0,21785	0,13613	-1,60	0,111	-0,48629	0,05059
Faixa Etária	-0,22132	0,17688	-1,25	0,212	-0,57012	0,12747
Responsabilidade	0,05142	0,08624	0,60	0,552	-0,11863	0,22148
Utiliza p/ decisão	0,25490	0,22632	1,13	0,261	-0,19139	0,70119
Tempo profissão	0,10795	0,17738	0,61	0,543	-0,24183	0,45773
Formação	0,31655	0,11182	2,83	0,005	0,09604	0,53706
Constante	-1,01615	0,31729	-3,20	0,002	-1,64184	-0,39047

Fonte: Autoria própria.

A variável “formação”, se mostrou significativa ao nível de 1% nos resultados apresentados pelo agrupamento do fator, mas também, igual à Tabela 5, como o objetivo é demonstrar se aspectos regionais não influenciam a percepção dos contadores, nenhuma variável que se refere à região, apresentou resultado significativo.

As regressões apresentadas nas Tabelas 5 e 6 objetivaram apurar se aspectos regionais influenciam a percepção dos profissionais de contabilidade em relação à regulação dos CPCs. O resultado apurado mostra que, no geral, não há influência de aspectos regionais na percepção dos contadores sobre os seus conhecimentos sobre os CPCs. Pode-se dizer que esse resultado é normal, pois a grade curricular básica dos cursos de Contabilidade é a mesma para todas as regiões do país, o que significa uma formação padronizada.

As questões Q14 a Q35 (seção 3 do questionário) foram utilizadas na análise fatorial para mostrar a percepção dos contadores sobre o gerenciamento de resultado.

Após a análise fatorial, as questões desta secção foram agrupadas, formando 5 fatores (F3 a F7), conforme já apresentado acima.

Os fatores 3, 4, 5, 6, e 7 foram gerados a partir das perguntas relativas às respostas dos contadores sobre o gerenciamento de resultados.

TABELA 7: REGRESSÃO SOBRE GERENCIAMENTO DE RESULTADO (FATORES 3, 4, 5, 6 e 7)

	Fator 3		Fator 4		Fator 5		Fator 6		Fator 7	
Fator 3	Coef	p	Coef	p	Coef	p	Coef	p	Coef	p
Nordeste	0,13681	0,551	0,15002	0,452	-0,11147	0,442	0,05611	0,671	-0,00365	0,979
Sul	0,45473	0,136	-0,00009	1,000	-0,26853	0,215	-0,05698	0,771	-0,19468	0,437
Centro-Oeste	-0,24030	0,425	-0,09074	0,683	0,36584	0,053	-0,17085	0,367	-0,11838	0,477
Norte	-0,06917	0,827	-0,05056	0,808	0,09854	0,578	0,08802	0,597	-0,34169	0,051
Sexo	0,02818	0,833	-0,10541	0,350	-0,21530	0,027	0,22725	0,012	-0,04355	0,652
Faixa Etária	-0,02595	0,885	-0,13522	0,419	0,04299	0,744	0,27886	0,014	-0,03092	0,806
Responsabilidade	0,15341	0,059	-0,13491	0,060	0,08360	0,190	0,07872	0,212	-0,01358	0,823
Utiliza p/ decisão	0,35400	0,108	0,22317	0,206	0,19571	0,111	-0,07192	0,600	0,02647	0,871
Tempo profissão	-0,06887	0,712	0,06472	0,703	0,11173	0,376	0,15891	0,140	0,02193	0,862
Formação	0,03864	0,748	-0,05954	0,476	-0,01325	0,851	-0,07430	0,325	-0,07258	0,293
Constante	-0,60796	0,082	0,14666	0,589	-0,14655	0,526	-0,28552	0,205	0,26475	0,238

Fonte: Autoria própria.

A variável “responsabilidade”, se mostrou significativa ao nível de 10% nos resultados apresentados pelo agrupamento do fator, mas também, igual às Tabelas 5 e 6, como o objetivo é demonstrar se aspectos regionais não influenciam a percepção dos contadores, nenhuma variável que se refere à região, apresentou resultado significativo.

Para apurar se aspectos regionais influenciam a percepção dos contadores sobre o gerenciamento de resultado utilizou-se, como variáveis explicadas, os fatores gerados na análise fatorial. As variáveis explicativas utilizadas foram as questões que representam aspectos demográficos e socioeconômicas, do questionário trabalhado.

Os resultados apurados nas regressões Tabela 7 demonstram que aspectos regionais não influenciam a percepção dos contadores brasileiros sobre o gerenciamento de resultados, como fatores 3, 4, 5, 6, e 7. Os fatores 3, 4, 5, 6 e 7

foram gerados a partir das perguntas relativas às respostas dos contadores sobre o gerenciamento de resultados.

Paredes e Wheatley (2017) investigaram a interrelação entre cultura nacional e práticas contábeis em 31 países de mercados emergentes e desenvolvidos e os resultados sugerem que a cultura afeta decisões contábeis. Porém, existe diferenças entre a pesquisa de Paredes e Wheatley (2017) e esta, pois naquela a comparação foi entre países e nesta, a comparação entre as regiões de um mesmo país, o Brasil.

Em todos os testes empíricos feitos nesta pesquisa (regressão *Probit* análise fatorial e regressão linear) os resultados foram semelhantes, em termos de valores. Em nenhum dos testes os aspectos regionais ou demográficos apresentaram relevância estatística.

Essa percepção homogênea em relação ao tema pode ser atribuída à formação, pois de acordo com Riccio e Sakata (2004), os cursos de Contabilidade das instituições públicas federais de ensino apresentam grades semelhantes.

O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais também pode ajudar a explicar o resultado encontrado nesta pesquisa, uma vez que esse processo incluiu novos dispositivos (pronunciamentos técnicos) com poder de lei a ser seguido pelos contadores de todo país. Essa ideia está relacionada aos resultados encontrados por Han *et al.* (2010), onde apuraram que uma forte proteção do investidor reduz a discrição dos ganhos, independentemente da cultura.

O tema gerenciamento de resultado tem sido bastante estudado nos últimos anos. Entretanto, não encontramos nas referências de pesquisas, nenhum estudo com abordagens estatísticas, com enfoque semelhante a esta pesquisa. Os

resultados encontrados confirmam a hipótese de que características regionais não influenciam a percepção dos contadores sobre o gerenciamento de resultado no Brasil.

Capítulo 5

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou como objetivo investigar se as características regionais influenciam a forma como o profissional da contabilidade percebe a importância do IFRS, bem como a percepção sobre o gerenciamento de resultados.

Para atingir esse objetivo realizaram-se testes estatísticos com dados extraídos do questionário aplicado aos respondentes. Foi utilizada a análise fatorial com um alpha de Cronbach de 0,88, que permite determinar o limite inferior da consistência interna de um grupo de variáveis ou itens e é calculado para a análise da consistência interna dos fatores, com a aplicação da escala *likert* e foram obtidos 7 fatores que foram testados empiricamente em relação às quatro regiões brasileiras (nordeste, sul, centro-oeste e norte).

Esta pesquisa também apresenta um perfil dos profissionais de contabilidade. De acordo com a amostra estudada, a maioria é o sexo masculino, com idade superior a 30 anos, com tempo de atuação igual ou superior a 10 anos e nível de formação acadêmica, em sua maioria, pós-graduada.

Os resultados mostram que não existe uma relação entre as características regionais do profissional contábil com a forma que o contador percebe a importância da regulação sobre a prática de gerenciamento de resultados.

Porém, como limitação do estudo tem-se representatividade da amostra que não ocorreu de forma igualitária entre as regiões, mas também se tem que o número de contadores é diferente a depender da região brasileira estudada.

Em nossas buscas por referências sobre o tema, encontramos algumas pesquisas relacionadas à percepção dos profissionais de contabilidade quanto à convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais, mas todas elas com abordagem descritiva e sobre uma região específica (cidade, estado ou região metropolitana), mas nenhuma delas com abordagem quantitativa, o que também representa uma limitação à análise mais rica dos resultados aqui encontrados.

Deste modo, sugerem-se pesquisas futuras sobre o tema com abordagens quantitativas, com dados de uma amostra mais significativa compostas por profissionais respondentes de todos os estados brasileiros.

REFERÊNCIAS

- Almeida, J. E. F., Sarlo, A. N., Bastianello, R. F., Moneque, E. Z. (2012). Alguns aspectos das práticas de suavização de resultados no conservadorismo das companhias abertas listadas na BM & FBovespa. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 23(58), 65-75.
- Amaro, H. D., Bechamann, R. K. B., Fonseca, M. V. da, Espejo, M. M. dos S. B. (2015). *Impairment* e alisamento de resultados em companhias abertas do setor de energia elétrica do Brasil. *Revista Mineira de Contabilidade*, 16, (1), art. 2, pp. 18-26. Recuperado em 25 fevereiro, 2019, de <http://revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rmc>.
- Baptista, E. (2009). Ganhos em Transparência Versus Novos Instrumentos de Manipulação: o Paradoxo das Modificações Trazidas pela Lei nº 11.638. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 49(2), 234-239.
- Belli, A. P., Andruchechen, J. R. & Alberton, L. (2014). Os estudos desenvolvidos no Brasil sobre a adequação das empresas brasileiras aos pronunciamentos contábeis. *Anais do Congresso Ufsc De Controladoria E Finanças & Iniciação Científica Em Contabilidade*, Santa Catarina, Brasil, 5.
- Bruni, A. L., Dias, J. M. F., Lima, B. J. de. (2014). Gerenciamento de Resultados por meio de Decisões Operacionais e a Adoção das Práticas Contábeis Internacionais: evidências no setor de material básico. *Anais do Congresso USP Controladoria E Contabilidade – Novas Perspectivas Na Pesquisa Contábil*, USP, São Paulo, Brasil, 14.
- Coelho, C. M. P., Niyama, J. K. & Rodrigues, J. M. (2011). Análise da qualidade da informação contábil frente a implementação dos IFRS: uma pesquisa baseada nos periódicos internacionais (1999 a 2010). *Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 6(2).
- Cohen, J. (2013). *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Academic press.
- Colauto, R. D.; Marques, V. A. (2010). Influência do discurso otimista do relatório de administração no valor de mercado de companhias brasileiras. *RC&C – Revista Contabilidade e Controladoria*, 2(1), 101-139.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (n. d.). *Conheça o CPC*. Recuperado em 23 dezembro, 2018, de <http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). *Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro*. (2011a). Recuperado em 22 dezembro, 2018, de <http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=15>.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). *CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. (2011b). Recuperado em 22 dezembro, 2018, de http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf.
- Consoni, S., Colauto, R. & Lima, G. (2017). A divulgação voluntária e o gerenciamento de resultados contábeis: evidências no mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28, (74), 249-263.

- Costa, P. S. de. (2012). *Implicações da adoção das IFRS sobre a conformidade financeira e fiscal das Companhias Abertas Brasileiras*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Cunha, P. R. D., Sant'ana, S. V., Theis, M. B. & Krespi, N. T. (2013). Características do comitê de auditoria e os reflexos no gerenciamento de resultados nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 18 (3), 02-19.
- Dechow, P. M. & Skinner, D. J. (2000). Earnings Management: Reconciling the Views of Accounting Academics, Practitioners, and Regulators. *Accounting Horizons*, 14(2).
- Dias, A. G. G., Cunha, J. H. da C., Sales, I., C., H. & Bezerra, P., C, S. (2016). Contabilidade Criativa, Ética e Gerenciamento de Resultados: Auditoria versus Academia. *Revista Administração em Diálogo*, 18(1). Recuperado em 24 fevereiro, 2019, de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=534655561011>.
- Favoretto, A. B., Corrêa, F. P., Silva, F. I. da & Grecco, M. C. P. (2017). O gerenciamento de resultados contábeis e o controle de provisões. *Redeca*, 4(2), 113-125.
- Figueiredo, D. B. F., & Silva, J. A. da Jr. (2009). Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). *Revista Política Hoje*, 18(1), 115-146.
- Fontoura, L. S. & Bianchi, M. (2017, agosto). Percepção dos Auditores sobre os elementos Discricionários Presentes na Provisão e nos Passivos e Ativos Contingentes. *Anais do Congresso de Contabilidade da UFRGS, Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade da UFRGS*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 3.
- Fuji, A. H. & Slomski, V. (2003). Subjetivismo responsável: necessidade ou ousadia no estudo da contabilidade. *Revista Contabilidade e Finanças*, (33), 33-44.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a. ed). São Paulo: Atlas.
- Grasso, L.; Tilley, P. & White, R. (2009). The ethics of earnings management: perceptions after Sarbanes-Oxley. *Management Accounting Quarterly*, 11(1), 45-69.
- Grecco, M. C. P. (2013). O efeito da convergência brasileira às IFRS no gerenciamento de resultados das empresas abertas brasileiras não financeiras. *Brazilian Business Review-BBR*, 10(4), 117 – 140.
- Gujarati, D; & Porter D.C. (2011). *Econometria básica*. (5a ed.). São Paulo: AMGH.
- Hair, J. H. Jr.; Anderson, R. E.; Tatham R. L., & Black, W. C. (2005). *Análise Multivariada de Dados* (A. S. Sant'Ana & A. Chaves Neto, trad.). (5a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Han, S., Kang, T., Salter, S & Yoo, Y. K. (2010), A cross-country study on the effects of national culture on earnings management, *Journal of International Business Studies*, 41(1), 123-141.
- Healy, P. M. & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, 13(3), 365-383.

- Healy, P. M., HUTTON, A. P. & PALEPU, K. G. (2001). Stock Performance and Intermediation Changes Surrounding Sustained Increases in Disclosure. *Contemporary Accounting Research*, 16(3), 485-520.
- Hendriksen, E. S.; Van Breda, M. F. (2009). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Hilary, G. (2006). Organized labor and information asymmetry in the financial markets. *Review of Accounting Studies*, 11(4), 525-548.
- Holland, C. B. (2000). A profissão de contador na atualidade e sugestões para seu futuro. *Revista de Contabilidade do CRC-SP*, 4(14), 50-61.
- Hornngren, C. T., Sunden, G. L. & Stratton, W. (2004). *O. Contabilidade gerencial*. (12a ed.). São Paulo: Prentice Hall.
- International Accounting Standards Board (IASB). (2019). *About Us*. Recuperado em 10 janeiro, 2019, de <https://www.iasplus.com/en/resources/ifrs/ifsb-ifrs-ic/iasb>.
- Iudícibus, S. de, Marion, J. C. & Faria, A. C. de. (2009). *Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de graduação*. (5a. ed). São Paulo: Atlas.
- Jiraporn, P. & Dadalt, P. (2007). Does founding family control affect earnings management? An empirical note. *SSRN. Workingpaper*. Recuperado em 12 janeiro, 2019, de http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1017856.
- Joia, R. M. & Nakao, S. H. (2014). Adoção de IFRS e gerenciamento de resultado nas empresas brasileiras de capital aberto. *REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 8(1), art. 2, 22-38.
- Klann, R. C. (2011). *Gerenciamento de Resultados: análise comparativa de empresas brasileiras e inglesas antes e após a adoção das IFRS*. Tese de doutorado, Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina, Blumenau, Brasil.
- Korps, A. (2011). Excesso de subjetividade. *Revista Capital Aberto*, 8(94), 44-45.
- Kraemer, M. E. P. (2005). Contabilidade Criativa: maquiando as demonstrações contábeis. *Revista Pensar Contábil*, 7(28), 42-51.
- Lomeu, S. T.; Carlos, A.; Junior, B. (2016). Percepção dos profissionais de contabilidade do Alto Paranaíba, MG, sobre as influências do CPC 32 – Tributos sobre o lucro nas empresas do lucro real. *Revista Brasileira de Gestão e Engenharia*. (14), 38–63.
- Lopes, A. B.; Martins, E. (2005). *Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem*. São Paulo: Atlas.
- Machado, D. G. & Beuren, I. M. (2014). Gerenciamento de resultados: análise das publicações em periódicos brasileiros de contabilidade. *Enfoque Reflexão Contábil*, 33(1), 19-36.
- Maher, M. (2001). *Contabilidade de custos: criando valor para a administração*. São Paulo: Atlas.
- Marra, A., Mazzola, P. & Prencipe, A. (2011). Board monitoring and earnings management pre- and post-IFRS. *International Journal of Accounting*, 46, 205–230.
- Martinez, A. L. (2001). *Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras*. Tese de doutorado, Faculdade de Economia,

- Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2001.
- Matsumoto, A. S. & Parreira, E. M. (2007). Uma pesquisa sobre o gerenciamento de resultados contábeis: causas e consequências. *Revista UnB Contábil*, 10(1), 141-157.
- Nardi, P. & Nakao, S. (2009). Gerenciamento de Resultados e a relação com o custo da dívida das empresas brasileiras abertas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(51), 77-100.
- Neves, J. A. B. *Modelo de equações estruturais: uma introdução aplicada*. Brasília: Enap, 2018.
- Paredes, A. A. & Wheatley, C. (2017), The influence of culture on real earnings management, *International Journal of Emerging Markets*, 12(1), pp. 38-57. Recuperado em 10 abril, 2020, de <https://doi.org/10.1108/IJoEM-12-2014-0218>.
- Paulo, E. (2007). *Manipulação de informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultado*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, Brasil.
- Paulo, E., Cavalcante, P. R. N. & Melo, I. I. S. L. (2012). Qualidade das informações contábeis na oferta pública de ações e debêntures pelas companhias abertas brasileiras. *BBR – Brazilian Business Review*, 9(1), p. 1-26.
- Ribeiro, A. de C. (2012). *Provisões, contingências e normas contábeis: um estudo de gerenciamento de resultados com contencioso legal no Brasil*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.
- Ribeiro, A. de C., Ribeiro, M. de S. & Jreigeweffort, E. F. (2013). Provisões, contingências e o pronunciamento CPC 25: as percepções dos protagonistas envolvidos. *Revista Universo Contábil*, 9(3), 38-54.
- Riccio, E. L. & Sakata, M. C. G. (2004). Evidências da globalização na educação contábil: estudo das grades curriculares dos cursos de graduação em universidades brasileiras e portuguesas. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*, 15(35), 35-44.
- Roberto, C. & Carmo, S. (2013). Autoavaliação do Conhecimento dos Profissionais de Contabilidade para a Adoção e a Aplicação dos Pronunciamentos Emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *REUNIR Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 3(4), 62–86.
- Ronen, J. & Yaari, V. L. (2008). *Earnings Management: emerging insights in theory, practice and research*. New York: Springer.
- Sancovschi, M & Matos, F. F. J. de. (2003). Gerenciamento de lucros: que pensam administradores, contadores e outros profissionais de empresas no Brasil? *Revista de Administração Contemporânea*, 7(4), 141-161.
- Santos, A. & Grateron, I. R. G. (2003). Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. *Revista Contabilidade e Finanças – USP*, 14(32), 7-22.
- Siegel, G. & Sorensen, J. E. (1999). *Counting more, counting less: transformation in the management accounting profession*. Recuperado em 22 fevereiro, 2019, de www.imanet.org/ima/docs/1600/1564.pdf.

- Silva, J. O. (2015). *Remuneração variável de executivos em empresas familiares brasileiras*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Silva, A. L. S. (2002). *O perfil do profissional contábil, sob a ótica dos gestores das micro indústrias da Região da Campanha do Rio Grande do Sul e sua postura frente ao mercado globalizado*. Dissertação de mestrado, Universidade da Região de Campanha, Universidade Nacional de Rosário, Argentina e Centro de Estudios em Relaciones Internacionales de Rosário, CERIR, Rosário, Argentina.
- Silva, A. da, Pletsch, C. S., Vargas, A. J. de, Fasolin, L. B. & Klan, R. C. (2014). Influência da auditoria sobre o gerenciamento de resultados. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 19(3), 59 - p. 69.
- Vassoler, A. P. R. (2010). *Relação entre a Remuneração de Executivos e Gerenciamento de Resultados em Empresas Brasileiras de Capital Aberto*. Dissertação de mestrado, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, FUCAPE, Vitória, Espírito Santo, Brasil.
- Verhagem, J. A. & Varela, P. S. (2010). Convergência para as normas internacionais de contabilidade em 2010 no Brasil: quais empresas estão preparadas? *Anais do Seminário de Administração, SEMEAD*, São Paulo, SP, Brasil, 13.
- Yamamoto, M. M. & Salotti, B. M. (2006). *Informação Contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais*. São Paulo: Atlas.
- Zar, J. H. (1999). *Biostatistical analysis*. Pearson Education India.
- Zarowin, S. (1997). Finance's future: challenge or threat? *Journal of Accountancy*, 183(4), 38-42.
- Zendersky, H. C. (2005). *Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil – 2000 a 2004*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Unb, Brasília, Brasil.
- Zimmermann, J. & Goncharov, I. (2005). Earnings management when incentives compete: the role of tax accounting in Russia. *Spring*, 5(1), 41 – 65. Recuperado em 16 junho, 2006, de <http://www.ssrn.com>.

APÊNDICE A - Questionário

Todas as informações prestadas neste estudo são de cunho confidencial e com finalidade apenas para estudo científico. O questionário está dividido em 03 seções e tem o objetivo de investigar se o conhecimento mais aprofundado das normas contábeis em vigor (CPC) muda a percepção do contador sobre a relevância do gerenciamento de resultados.

Sua participação será somente para o preenchimento do questionário e, em nenhum momento, você ou a sua empresa serão identificados.

SEÇÃO 01

Informações Sócio demográficas

1. Sexo:

☐	Masculino
☐	Feminino

2. Faixa etária:

☐	Até 30 anos
☐	De 31 a 40 anos
☐	De 41 a 50 anos
☐	De 51 a 60 anos
☐	Acima de 60 anos

3. Região onde reside atualmente:

☐	Acre (AC)
☐	Alagoas (AL)
☐	Amapá (AP)
☐	Amazonas (AM)

☐	Bahia (BA)
☐	Ceará (CE)
☐	Distrito Federal (DF)
☐	Espirito Santo (ES)
☐	Goiás (GO)
☐	Maranhão (MA)
☐	Mato Grosso (MT)
☐	Mato Grosso do Sul (MS)
☐	Minas Gerais (MG)
☐	Pará (PA)
☐	Paraíba (PB)
☐	Paraná (PR)
☐	Pernambuco (PE)
☐	Piauí (PI)
☐	Rio de Janeiro (RJ)
☐	Rio Grande do Norte (RN)
☐	Rio Grande do Sul (RS)
☐	Rondônia (RO)
☐	Roraima (RR)
☐	Santa Catarina (SC)
☐	São Paulo (SP)
☐	Sergipe (SE)
☐	Tocantins (TO)

4. Função ocupada nas rotinas de trabalho:

☐	Você é responsável pela elaboração completa das demonstrações contábeis na sua empresa.
☐	Você é responsável parcialmente pela elaboração das demonstrações contábeis na sua empresa.
☐	Você não é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis na sua empresa.

5. Você utiliza as informações das demonstrações contábeis na sua empresa para tomada de decisão?

☐	Sim
☐	Não

6. Tempo que exerce a profissão de contador:

☐	Menos de 5 anos
☐	De 6 a 10 anos
☐	De 11 a 15 anos
☐	De 16 a 20 anos
☐	Mais de 20 anos

7. Formação Acadêmica do respondente:

☐	Técnico em Contabilidade
☐	Superior Completo
☐	Pós-graduação
☐	Mestrado
☐	MBA
☐	Doutorado
☐	Pós-doutorado
☐	Não possui formação em Contabilidade

SEÇÃO 02**Conhecimento sobre as normas do CPC**

8. Em sua opinião, com a introdução do CPC(s), a informação contábil passou a ser uma ferramenta mais confiável de apoio à tomada de decisão segura?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

9. Em sua opinião, os mecanismos trazidos pelo CPC(s) alcançam as situações possíveis que levem os gestores a praticarem o Gerenciamento de Resultados?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

10. Você entende que o CPC(s) atual pode limitar a capacidade de se evidenciar Lucros sem influência de possíveis Gerenciamentos de Resultados?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

11. Com a introdução do CPC(s), você entende que o ajuste a valor justo pode ser utilizado como instrumento para o Gerenciamento de Resultados?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

12. Com a introdução do CPC(s), você entende que pode haver Gerenciamento de Resultados no uso do teste de recuperabilidade para o atingimento de metas de uma entidade?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

13. A introdução do CPC(s) sugere que tenha ocorrido queda no nível de possível Gerenciamento de Resultados?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

SEÇÃO 03

Conduta de Gerenciamento de Resultados

14. Você entende que o Lucro Líquido obtido pelas entidades ao final de um exercício social, é uma das informações mais utilizadas para tomada de decisão?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

15. Em sua opinião, é possível que o gestor de uma empresa possa realizar escolhas contábeis, em razão dos incentivos que possa ter, que o levem a informar um Lucro distinto daquele da realidade da empresa?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

16. Você entende que existe possibilidade de um profissional se utilizar do conhecimento aprofundado da legislação contábil e, sem deixar de cumprir a legislação, alterar o comportamento do lucro de uma empresa?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

17. Em sua opinião, levando em consideração a atual legislação empregada no Brasil, é possível realmente confiar nos números contábeis divulgados pelas empresas?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

18. Você entende que possa existir um impasse ético e um conflito de interesses entre os Gestores, que atuam sob a perspectiva de melhoria dos resultados, e o código de ética, moral e profissional de função da Contabilidade como um instrumento de geração de informação?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

19. Assumindo que o conceito de Gerenciamento de Resultados possa ser entendido como “a alteração proposital” (intencional) do lucro contábil dentro dos limites legais, em função das questões de discricionariedade e flexibilidade permitidas pelas normas e práticas contábeis, você acredita que isso possa gerar algum problema para informação contábil?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

20. Em sua opinião, o Gerenciamento de Resultados representa uma prática ética?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

21. Em sua opinião, o Gerenciamento de Resultados afeta os requisitos de clareza e nível de evidenciação de transparência dos demonstrativos contábeis, que por sua vez servem como balizadores das decisões tomadas por vários interessados?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

22. Em sua opinião, o fato do profissional contábil ter maior domínio sobre a legislação, influencia na avaliação e decisão sobre a utilização ou não do Gerenciamento de Resultados?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

23. Em sua opinião, a flexibilidade das normas e regulamentos contábeis, que disponibilizam alternativas distintas para a contabilização de um mesmo evento contábil incentiva o Gerenciamento de Resultados?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

24. A prática do Gerenciamento de Resultados pode comprometer as informações contidas nos demonstrativos contábeis?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

25. A prática do Gerenciamento de Resultados pode impactar os demonstrativos divulgados e, por conseguinte, as decisões dos investidores na entidade?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

26. Você acredita que os gestores de uma empresa façam escolhas contábeis com o objetivo de manter o Lucro sem grandes oscilações ao longo dos anos, em virtude da possível aversão ao risco do investidor?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

27. Em sua opinião, os incentivos econômico-financeiros, que as empresas e os gestores buscam conseguir, podem induzir ao Gerenciamento de Resultados?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

28. Você entende que possa haver relação entre a remuneração dos executivos de empresas e o Gerenciamento de Resultados?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

29. Você entende que a participação no resultado por parte dos funcionários influenciaria na propensão ao Gerenciamento de Resultados?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

30. Você entende que a idade e os anos de experiência do executivo na função, influenciam no nível de Gerenciamento de Resultados na empresa?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

31. Você acha que a forma de remuneração (ações da empresa, participação sobre os resultados, etc.) dos gestores motivaria ações de Gerenciamento de Resultados?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

32. Você entende que a presença de Auditores Independentes reduz a possibilidade de Gerenciamento de Resultados?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

33. A possibilidade de as empresas fazerem escolhas contábeis pode ser direcionada a induzir credores da entidade a assumirem postura mais favorável a ela?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

34. Evidenciar Lucros estáveis por meio de um planejamento rigoroso pode ser ilegal ou antiético?

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente

35. O Gerenciamento de Resultados pode modificar, alterar e distorcer a informação contábil, com efeito, principalmente no valor de mercado de uma empresa.

☐	Discordo totalmente
☐	Discordo parcialmente
☐	Indiferente
☐	Concordo parcialmente
☐	Concordo Plenamente